

Economia Global e Gestão

Global Economics
and Management Review



Semestral • Vol. V • 1-2 / 00

*Que há de novo na globalização? • Crescimento dos serviços
nas economias modernas • Investimento externo em Moçambique •
Cultura e arquitectura na África Austral*

ANTÓNIO ALVES CAETANO
ANTÓNIO MARTINS
DIRCE COSTA
IMMANUEL WALLERSTEIN
ISABEL NICOLAU
JOSÉ FORJAZ
LUÍS PEREIRA
MARIA IOLANDA WANE
MÁRIO MURTEIRA
J. M. ROLO

Edição da
AEDG / ISCTE

O Mundo (global?) em que vivemos

I. CONCEITOS

A globalização do sistema mundial é um fenómeno complexo e recente que, até hoje, ainda não foi objecto de formalização adequada, não existindo, por isso, um conceito de globalização que mereça aceitação generalizada.

Alguns autores, porém, como é o caso do Grupo de Lisboa e de Manuel Castells, avançaram propostas conceptuais dotadas de um grau de consistência assinalável.

1.1. Para o Grupo de Lisboa, a globalização é o resultado da extensão e aprofundamento das múltiplas ligações e interconexões que unem os Estados e as sociedades e contribuem para a formação do sistema mundial actual⁽¹⁾.

A globalização descreve os processos segundo os quais, acontecimentos, decisões e actividades ocorridas num certo lugar do planeta, acabam por ter importantes repercussões sobre indivíduos e colectividades que estão localizadas longe desse lugar⁽²⁾. O futuro de cada um de nós decide-se, cada vez mais, longe de nós.

A globalização decorre de um conjunto de processos que englobam grande parte do planeta e se desenrolam à escala mundial e assenta na intensificação dos níveis de interacção, interconexão e interdependência entre os Estados, as sociedades e os demais agentes que operam à escala mundial⁽³⁾.

De um ponto de vista económico, a globalização é o conjunto de processos que torna possíveis a concepção, o desenvolvimento, a produção, a distribuição e o consumo de procedimentos, produtos e serviços, à escala internacional, através de meios acessíveis mundialmente (patentes, bases de dados, infra-estruturas de comunicação e de transporte, etc.); que visa responder às necessidades cada vez mais diversificadas e personalizadas dos mercados mundiais que são regidas por normas quase universais, que são desenvolvidas por organizações (como as redes de empresas) que estão presentes em todo o mundo e cujo capital é detido, cada vez mais, por uma multidão de accionistas dos mais variados países e cuja cultura obedece a uma estratégia mundial⁽⁴⁾.

O processo de globalização foi desencadeado, disseminado e aprofundado por três factores fortemente correlacionados entre si: a liberalização dos movimentos de capitais ocorrida no início dos anos 70, o movimento das privatizações e a desregulamentação⁽⁵⁾.

A liberalização dos movimentos de capitais iniciada com a declaração de inconvertibilidade do dólar em 1971 esteve na origem do processo de globalização. No quadro desta liberalização, os fluxos de capitais (fluxos monetários e financeiros associados ao comércio internacional de bens e serviços, os investimentos directos estrangeiros, as aplicações financeiras internacionais e as demais operações financeiras envolvendo títulos e divisas, grande parte das quais é de natureza puramente especulativa) cresceram enormemente e transformaram-se num verdadeiro motor da globalização⁽⁶⁾.

O contributo do movimento generalizado das privatizações e da desregulamentação, para a globalização, deriva das concepções liberalizantes aplicadas aos movimentos de capitais. A desregulamentação tinha por objectivo reduzir ao mínimo a intervenção do Estado no financiamento dos mercados. As privatizações fundamentaram-se na ideia de que os investimentos privados garantiam uma mobilização de capacidades mais adequada para responder às exigências dos mercados⁽⁷⁾.

Mais recentemente, o desenvolvimento sem precedentes das tecnologias da informação deu um novo impulso ao processo de globalização, constituindo-se, inclusive, para alguns teóricos, no próprio núcleo da globalização.

1.2. É o caso de Manuel Castells, para quem a sociedade e a economia globais actuais se caracterizam, no essencial, pela sua capacidade para funcionar como uma unidade, em tempo real, à escala planetária⁽⁸⁾.

Para justificar o seu argumento, Castells propõe uma distinção entre sociedade da informação e sociedade «informacional».

Para ele o termo sociedade da informação é irrelevante para a compreensão do fenómeno da globalização. A informação no sentido de comunicação do conhecimento é um atributo de todas as sociedades. Com efeito, todas as sociedades dispuseram de sistemas próprios de comunicação da informação, uns mais rudimentares, outros progressivamente mais sofisticados.

O termo «informacional» pretende sublinhar o atributo de uma forma específica de organização social, tecnologicamente avançada, na qual a geração, o processamento e a transmissão da informação se transformaram nas principais fontes de produtividade e poder⁽⁹⁾.

Na posse deste conceito, Castells sustenta que, nas duas últimas décadas, emergiu, à escala mundial, uma sociedade e, sobretudo, uma economia que é a um tempo *informacional e global*.

Informacional, porque a produtividade e a competitividade das unidades (empresas, regiões ou nações) dessa economia dependem fundamentalmente da sua capacidade de gerar, processar e aplicar, eficientemente, informação baseada no conhecimento⁽¹⁰⁾.

Global, porque as actividades de produção, circulação e consumo, bem como as suas componentes (capital, trabalho, matérias-primas, gestão, informação, tecnologia, mercados) estão organizados a uma escala global, tanto directamente como indirectamente, através de redes de ligação entre os vários agentes económicos⁽¹¹⁾.

Além disso, tal economia é informacional e global, porque nas suas circunstâncias históricas, a produtividade e a concorrência ocorrem numa rede interactiva global⁽¹²⁾.

A informação e o conhecimento sempre foram componentes fundamentais do conhecimento económico e a tecnologia sempre foi determinante da capacidade produtiva das sociedades, dos padrões de vida e das várias formas de organização económica. Contudo, o momento presente constitui um período de descontinuidade histórica. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno das novas, poderosas e flexíveis tecnologias da informação, possibilita que a informação se transforme, ela própria, num produto do processo produtivo, deste modo influenciando todos os domínios das actividades humanas através do estabelecimento de intermináveis conexões entre diferentes domínios, elementos e agentes dessas actividades⁽¹³⁾.

É assim que surge uma economia profundamente interligada e interdependente, que é crescentemente mais capaz de aplicar os seus progressos no conhecimento, na tecnologia e na gestão, ao conhecimento, à tecnologia e à gestão eles próprios, originando um círculo virtuoso que desencadeia um acréscimo substancial dos níveis de produtividade e eficiência⁽¹⁴⁾.

Além de fortemente interdependente, a economia global de base informacional é selectiva, assimétrica, segmentada e regionalizada⁽¹⁵⁾.

A dinâmica da globalização é selectiva porque a participação dos agentes no processo está condicionada às exigências da informacionalidade que é, por natureza, um processo complexo de convergência tecnológica. A selectividade opõe barreiras à participação, engendra hierarquias participativas, exige uma actualização permanente e é potencialmente marginalizadora (dos agentes que nela não conseguem participar e dos que, depois de terem entrado, não conseguem acompanhar o seu ritmo).

A economia global é assimétrica o que deriva das hierarquias geradas pela selectividade. O nível de participação dos agentes e a sua capacidade para influenciar o sistema depende do seu grau de desenvolvimento e da natureza das suas competências⁽¹⁶⁾.

Apesar de funcionar à escala planetária, a estrutura actual da economia global e o seu *modus operandi*, englobam apenas alguns segmentos das estruturas económicas dos países e das regiões, em proporções que variam com as respectivas posições particulares na divisão internacional do trabalho⁽¹⁷⁾. Não contando com os mercados financeiros internacionais que são a única componente da economia global que conseguiu realizar a interconexão generalizada das suas actividades e das suas redes de informação e comunicação em tempo real, nem com certos sectores dos *media*, os sectores económicos, na sua maioria, sejam eles da área de produção da distribuição ou do consumo, estão longe de estar adequadamente interconectados com a economia global o que significa que as suas estratégias e políticas não estão integradas a nível global.

Não estão, nem, provavelmente, nunca virão a estar. E isso deve-se, em grande medida, às interferências, apesar de tudo poderosas, dos Estados ou dos agrupamentos regionais de Estados cujas regulamentações e políticas afectam as fronteiras internacionais da economia global⁽¹⁸⁾.

Outros obstáculos à integração da economia global, residem no facto de a nacionalidade das empresas multinacionais ser determinante do seu comportamento e no facto de a interpenetração dos mercados não ser recíproca.

Do mesmo modo que no caso da segmentação, o facto de a economia global ser regionalizada, não é, em si, contraditório como o conceito de economia global. Há uma economia global porque certos agentes, numerosos, aliás, operam numa rede global de interações que transcende as fronteiras nacionais e geográficas. Mas essa economia não é politicamente indiferenciada e os governos nacionais e regionais mantêm uma capacidade apreciável para influenciar os processos económicos. Neste sentido, eles são um atributo sistémico da economia global. Mas o que mais conta é a economia global, porque é à sua escala que são tomadas as decisões estratégicas que mais influenciam os mercados de capitais, da produção, do comércio, do conhecimento e da informação.

A economia global regionalizada é constituída por três regiões principais às quais estão associadas as respectivas áreas de influência: a América do Norte, que inclui os EUA, o Canadá e o México; a União Europeia; e a região da Ásia/Pacífico, centrada em volta do Japão e contando com a participação significativa da Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, China e Indonésia⁽¹⁹⁾.

O comércio e o investimento têm crescido significativamente tanto dentro de cada um dos blocos como entre os três blocos. Em contrapartida, outras regiões têm vindo a ser progressivamente marginalizadas. Em volta de um triângulo que concentra a riqueza, o poder e a tecnologia, o resto do mercado procura organizar-se em redes hierárquicas e assimetricamente interdependentes, o que leva os diferentes países e regiões a competir intensamente para atrair capitais, força de trabalho especializado e tecnologia⁽²⁰⁾.

2. CONSEQUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização é irreversível.

Talvez, por isso, convém recordar que a globalização é um fenómeno muito desigual na sua extensão e muito diferenciado nas suas consequências.

A globalização não significa que o mundo futuro vai ser politicamente mais unido, economicamente mais equitativo, socialmente mais solidário e culturalmente mais homogéneo.

Não se trata de um processo que mereça uma adesão cultural e um apoio político incondicionais. Muito ao contrário, é um processo que necessita ser submetido a um escrutínio rigoroso.

Importa não esquecer que a globalização tem características, condições e constrangimentos que levantam as mais sérias inquietações, que se relacionam tanto com as suas consequências actuais, como, sobretudo, com as suas consequências futuras.

Presentemente, três grandes problemas podem já ser objecto de reflexão: o desmantelamento do Estado-providência, a crise do desemprego e a fragmentação e empobrecimento acelerado dos países em desenvolvimento.

2.1. O Estado-providência é um sistema que repousa num contrato social que garante e favorece a segurança social individual e colectiva, a justiça social e a solidariedade entre os homens e as gerações⁽²¹⁾.

Em regra, é constituído por quatro elementos fundamentais: o direito ao trabalho; a luta contra a pobreza; a protecção contra os riscos individuais e sociais; a formação da igualdade de oportunidades para todos⁽²²⁾.

Em finais dos anos 60 princípio dos anos 70, quando os primeiros sinais da crise económica começaram a manifestar-se, o Estado-providência começou a ser contestado. Sustentava-se que o Estado-providência era uma fonte de burocratização, custosa e ineficaz, da vida económica e um obstáculo à liberdade de empresa. Dizia-se também que provocava efeitos perversos criando novas desigualdades sociais e novas formas de exclusão social⁽²³⁾.

Como resultado destas críticas, o Estado-providência foi objecto de políticas que provocaram o seu progressivo desmantelamento e conduziram ao abandono das políticas de pleno emprego, à diminuição dos recursos afectos à diminuição da pobreza, à diminuição dos níveis de protecção social e à diminuição dos recursos destinados à promoção da igualdade de oportunidades⁽²⁴⁾.

Na origem do processo de desmantelamento do Estado-providência que, aliás, não atingiu igualmente todos os países onde ele existia, encontramos: a crise económica que provocou o crescimento da lógica do interesse pessoal como meio de sobrevivência e exacerbou o lado agressivo da competitividade económica; a «revolução tecnológica» que transformou o sector industrial e

provocou grandes massas de desemprego, redesenhando a carta sectorial e territorial da indústria; as mudanças ocorridas na estrutura social que contribuíram para o reaparecimento do individualismo e dos valores utilitaristas; os défices orçamentais, as restrições fiscais e as prioridades das finanças públicas; a globalização acelerada dos serviços financeiros, de produção, dos mercados, das estratégias e da estrutura das empresas e da titularidade dos seus capitais⁽²⁵⁾.

Estes factores combinados fizeram da competitividade o principal objectivo económico e político a ser atingido por cada país. Para a maior parte dos dirigentes dos países mais desenvolvidos, a presença do Estado-providência foi associado à perda de competitividade económica. A opinião pública foi convencida que o crescimento de competitividade é incompatível com a manutenção do Estado-providência⁽²⁶⁾.

Na origem dos ataques ao Estado-providência esteve a convicção de que os custos da mão-de-obra se tornaram tão elevados que impedem as empresas de criar emprego e os governos de controlar o desemprego, tornando-se, portanto, necessário reduzi-los⁽²⁷⁾.

A globalização, ao intensificar a tendência para considerar a competitividade como o elemento central do desenvolvimento contribuiu para reduzir ainda mais o papel do Estado-providência. Sendo um processo altamente selectivo e assimétrico reforçou a tendência para o crescimento do desemprego e ajudou a aumentar os níveis de exclusão e marginalização social.

2.2. Do mesmo modo, dado o número de desempregados actualmente existente um pouco por toda a parte, cresce a ideia de que as economias não são capazes de assegurar, a todos, trabalho, em tempo inteiro, durante a vida activa. As economias do nosso tempo continuam a conceder prioridade à inovação tecnológica e à automatização sem dar à força de trabalho outra alternativa que não seja adaptar-se. Mas será que a força de trabalho pode continuar, indefinidamente, a ser um factor residual em relação às capacidades tecnológicas? Quem suporta os custos políticos e sociais do desemprego⁽²⁸⁾?

Neste contexto, a globalização com a sua tendência para a concentração (política, económica e tecnológica) poderia, no futuro, vir a agravar a situação do desemprego a nível local, regional e mundial.

2.3. Finalmente, ao cabo de cerca de cinquenta anos de políticas de cooperação para o desenvolvimento, assistimos a uma fragmentação das trajectórias de desenvolvimento que foram fixadas para os países do Sul, que contrasta com a integração económica crescente dos países ricos do Norte⁽²⁹⁾.

A globalização poderá fragmentar ainda mais o Sul porque, sendo fortemente selectiva, tende a marginalizar um número crescente de países que não dispõem de condições de se conectar com a economia global podendo, mes-

mo, vir a não participar no processo. A esses países irá ser imposto o regresso à economia de subsistência?

3. CENÁRIOS DA GLOBALIZAÇÃO

As sociedades contemporâneas estão à procura dos princípios e das regras que deverão reger a nova sociedade global.

Numa tentativa, generosa e empenhada, de contribuir para essa procura, o Grupo de Lisboa, partindo de um conjunto de princípios orientadores construiu seis cenários de globalização que nos dão uma ideia muito sugestiva do que poderá ser o futuro da vida em sociedade nos próximos 50 anos⁽³⁰⁾.

Os princípios são os seguintes: os novos processos de globalização da investigação, da tecnologia e da economia vão intensificar-se; a «triadização» continuará a constituir a forma de globalização predominante num contexto de regionalização acrescida à escala dos continentes; as guerras económicas, especialmente as industriais, do mesmo modo que os acordos de cooperação, marcarão o processo instável da «triadização»; a população mundial rondará os 8 biliões de indivíduos por volta do ano 2020; o desenvolvimento mundial da ciência e de tecnologia continuará a ser maioritariamente concebido nas regiões mais desenvolvidas que o utilizarão na medida dos seus interesses; em consequência, assistiremos a uma divisão cada vez mais profunda entre o «mundo triádico» e o «resto do mundo» crescentemente desinserido da globalização; uma nova revolução tecno-organizacional transformará a indústria em geral; as grandes empresas multinacionais farão parte de redes mundiais; as pequenas e médias empresas serão objecto de grandes reorganizações; uma nova vaga de desemprego ocorrerá nas regiões da «Tríade»; as pressões em favor da consideração sistemática, pelos sectores produtivos, dos aspectos ambientais, serão uma fonte importante de inovação; as cidades e as cidades-regiões, tornar-se-ão o local por excelência da reorganização de economia global; as estratégias dos poderes públicos nacionais oscilarão entre uma economia de mercado inteiramente «livre» e uma economia social de mercado moderada, aliadas a políticas proteccionistas relativamente moderadas⁽³¹⁾.

Utilizando uma matriz composta por dois eixos ao longo das quais as configurações futuras da economia mundial poderiam vir a repartir-se, o primeiro das quais, o horizontal, vai do ponto localismo/fragmentação, ao ponto globalização/integração e o segundo, o vertical, vai de um sistema de governo mundial apoiado nos mecanismos do mercado e da competitividade, a um sistema de governo fundado em formas de economia mista de carácter cooperativo que não excluem a concorrência entre as empresas nem a emulação dos indivíduos⁽³²⁾, o Grupo de Lisboa construiu seis cenários de globalização: *apartheid*; sobrevivência; *pax triádica*; mundo global integrado e viável; sistema mundial regionalizado; «Gattismo» universal⁽³³⁾.

Numa perspectiva dinâmica dos vários cenários possíveis, o Grupo de Lisboa, tendo em conta os processos de reorganização que estão em curso, inclina-se a pensar que tanto o cenário da sobrevivência (economia de mercado livre, assente exclusivamente na competitividade e na concorrência), como o cenário da integração regional (economia mundial integrada, assente em dois patamares de integração, um desenvolvido e outro com capacidade de se desenvolver graças à existência de fortes níveis de cooperação), e do mundo global integrado e viável (cooperação internacional absoluta), têm razoáveis probabilidades de se concretizar⁽³⁴⁾.

No primeiro destes cenários, o motor da globalização seria a concorrência e a competitividade. Nos outros dois estaríamos no universo da integração regional e da cooperação.

3.1. Ninguém duvida que a concorrência é um fenómeno normal da economia, constituindo uma importante fonte de criação de riqueza.

Segundo a teoria económica clássica, a concorrência assegura a exploração óptima dos recursos em proveito de todos e, mesmo que a realidade não corresponda inteiramente à teoria, a concorrência desempenhou e continua a desempenhar um papel de relevo na expansão das economias e na disseminação do progresso tecnológico⁽³⁵⁾.

Na era da globalização, a concorrência tradicionalmente tida como um meio poderoso ao serviço do desenvolvimento económico, transformou-se numa finalidade em si e, até, numa ideologia⁽³⁶⁾.

A palavra de ordem dessa ideologia é «ser competitivo para ganhar a batalha da concorrência». A competitividade é, assim, apresentada como a «única solução» para sobreviver a nível mundial⁽³⁷⁾.

Apesar da sua popularidade, a competitividade está longe de representar uma solução eficaz para os problemas do mundo globalizado. E isto é assim pelas seguintes razões: é cada vez mais evidente que a concorrência económica internacional dos últimos dez anos provocou desemprego e fez diminuir a qualidade de vida; a concorrência generalizada, em que todos concorrem com todos, tem como consequência o desaparecimento do próprio valor da concorrência; existem outras dimensões da história económica e social que não se esgotam na concorrência, como é o caso da cooperação; a ideologia da concorrência reduz quase a zero o sentido profundo e a razão de ser da economia⁽³⁸⁾.

Enquanto expressão de uma ideologia da competitividade tão fortemente distorcedora da vida em sociedade, a concorrência excessiva dá prioridade aos instrumentos e aos sistemas técnicos mais do que aos indivíduos e às organizações humanas; concede prioridade aos custos financeiros a curto prazo o que, em regra, provoca crises de sobreprodução e penúria; diminui o carácter concorrencial dos mercados nacionais e favorece a concentração financeira e

industrial à escala mundial; reforça as disparidades no interior dos países e entre os países, agravando a fórmula segundo a qual «os ricos são cada vez menos e cada vez mais ricos e os pobres são cada vez mais e cada vez mais pobres»; acentua as diferenças entre os povos e as regiões da terra (há um mundo «integrado» e um mundo «excluído»); contribui para a degradação do ambiente; é uma fonte de ostracismo social inaceitável; encoraja a combatividade individual e colectiva e impede a solidariedade e o diálogo entre as pessoas, as colectividades e as nações; e reduz os meios de intervenção das autoridades públicas e da democracia representativa a todos os níveis (local, nacional e mundial)⁽³⁹⁾.

De tudo isto podemos concluir que a competitividade e a concorrência, sendo absolutamente incapazes de conciliar a justiça social, a eficiência económica, a preservação do meio ambiente, a democracia política e a diversidade cultural é um modelo inadequado à organização das sociedades complexas dos nossos dias seja a nível nacional, seja a nível mundial⁽⁴⁰⁾. Por se tratar de um modelo eminentemente conflitual de todos os pontos de vista, mesmo que sobrevivesse por algum tempo, acabaria por desencadear dinâmicas incontroláveis que destruiriam o próprio sistema.

3.2. No contexto dos cenários da integração regional à escala mundial e da integração mundial viável, o novo mundo global baseia-se em modelos cooperativos de desenvolvimento que privilegiam os princípios, as regras e as instituições que balizaram a história do século XX (liberdade, democracia, solidariedade, justiça social, eficiência económica) e que são considerados por muitos mais adequados para neutralizar a influência nefasta de outros princípios, regras e instituições (autocracia, oligarquia, *darwinismo* social, alienação económica, intolerância cultural, e nacionalismo agressivo)⁽⁴¹⁾.

Contrariamente ao cenário da sobrevivência (concorrência e competitividade), que pressupõe que só os ganhadores serão chamados a construir o novo mundo global, os cenários de concertação e de cooperação são supostos permitir ao conjunto das comunidades humanas organizar-se para fazer face e contrariar as forças da fragmentação e da marginalização⁽⁴²⁾.

Para concretizar estes cenários, existe um número considerável de propostas, de programas e de projectos. Ideias não faltam. Sabe-se o que é preciso fazer. O «como» se deve fazer é que põe problemas. Nas condições actuais a fórmula do «contrato» parece ser a mais adequada. Para os autores destas propostas, é necessário um novo contrato mundial capaz de circunscrever o objectivo central a realizar e de precisar as regras e os mecanismos necessários para construir o mundo do «pós-guerra fria» impedindo que ele caia na guerra económica. Tal contrato deveria conduzir à instauração de um governo mundial eficaz e democrático, dotado de uma economia (mundial) sólida, uma justiça social universal, identidade e liberdade culturais autênticas e uma democracia política legítima⁽⁴³⁾.

O contrato mundial deveria servir para definir, da maneira mais consensual possível, as aspirações e as necessidades fundamentais dos habitantes do planeta e para encontrar e pôr em prática os meios necessários à sua satisfação. Em primeiro lugar, estariam as necessidades da existência física, socio-económica, política e cultural (liberdade, segurança, democracia, alimentação, habitação, INSTRUÇÃO e EDUCAÇÃO, saúde, trabalho, etc.). Em segundo lugar, viriam as exigências da coabituação (identidade cultural, justiça, solidariedade, etc.)⁽⁴⁴⁾

Num quadro de princípios onde se privilegiam os instrumentos e os dispositivos de natureza cooperativa, onde a sociedade civil tem uma palavra a dizer, onde as experiências locais devem ser sistematicamente reconhecidas e as diversidades culturais devem ser explicitamente aceites, a próxima etapa levar-nos-ia à celebração, para o período de uma geração, de quatro contratos sociais mundiais: o contrato das necessidades básicas destinado a suprimir as desigualdades; o contrato cultural destinado a promover a tolerância e o diálogo entre as culturas; o contrato da democracia a caminho de um sistema de governo mundial; o contrato da Terra para promover o desenvolvimento sustentável e duradouro⁽⁴⁵⁾.

NOTAS

- (1) Cf. Groupe de Lisbonne (dir. Riccardo Petrella), *Limites à la Compétitivité – Pour un nouveau contrat mondial*, Labor, Bruxelles, 1995, p. 60.
- (2) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 60.
- (3) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 60. Alguns autores sustentam mesmo que a globalização não é mais do que um fenómeno de interdependência acrescida. Cf., por exemplo, Robert Boyer «Les mots et les Réalités» in *Mondialization – Au delà des mythes*, La Découvert & Syros, Paris, 1997, p. 29.
- (4) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 60.
- (5) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 75.
- (6) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 65 e 75. Nunca até então, os recursos financeiros destinados a financiar o desenvolvimento tinham sido tão abundantes. As crises do petróleo, a reciclagem dos «petrodólares» e o endividamento do Terceiro Mundo são episódios marcantes desse início do processo de globalização.
- (7) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 76 e 77.
- (8) Cf. Manuel Castells, *The Network Society*, Volume I da obra *The Information Age: Economy, Society and Culture*, Blakwell, 1996, p. 92.
- (9) Castells, *op. cit.*, p. 21, nota 33.
- (10) Castells, *op. cit.*, p. 66.
- (11) Castells, *op. cit.*, p. 66.
- (12) Castells, *op. cit.*, p. 66.
- (13) Castells, *op. cit.*, p. 66.

- (14) Castells, *op. cit.*, p. 67.
- (15) Castells, *op. cit.*, p. 106.
- (16) Castells faz questão de afirmar que a constatação da natureza assimétrica da economia global, não nos autoriza a falar da existência de um centro, uma semiperiferia e uma periferia. Há vários centros, várias semiperiferias e várias periferias que, dado o dinamismo dos processos informacionais, confere ao sistema global um perfil de geometria variável. Do mesmo modo seria inapropriado falar de uma antinomia Norte-Sul.
- (17) Se a natureza informacional da economia global nos impede de falar de «centro, semiperiferia e periferia» e de «confronto Norte-Sul», duvida-se que pelas mesmas razões, se possa invocar a «divisão internacional do trabalho» que é um conceito central da economia mundial que não é facilmente apropriável pela economia global.
- (18) Como diz Castells, não há, nem haverá num futuro próximo, mercados de trabalho, tecnologias, mercadorias, serviços, etc., completamente abertos e integrados enquanto os Estados ou agrupamentos regionais, como a União Europeia, existirem e defenderem os interesses dos seus cidadãos e das suas empresas.
- (19) Castells, *op. cit.*, p. 99.
- (20) Castells, *op. cit.*, pp. 99 e segs.
- (21) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 78.
- (22) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 79.
- (23) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 79.
- (24) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 81.
- (25) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 82.
- (26) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 82.
- (27) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 82. Esta convicção foi contrariada em várias sedes. A OCDE concluiu que a desvalorização das condições de trabalho não tem impacto significativo sobre a competitividade dos países e o aumento do emprego não tem nada a ver com a desregulamentação e a flexibilização das normas de trabalho.
- (28) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 85.
- (29) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 93.
- (30) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 141-175.
- (31) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 145.
- (32) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 145-146.
- (33) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 147.
- (34) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 155.
- (35) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 157.
- (36) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 159 e segs.
- (37) Para uma compreensão mais profunda do processo de transformação da ideia de concorrência numa ideologia veja-se, ainda e sempre, o relatório do Grupo de Lisboa, *op. cit.*, pp. 158 e segs.

- (38) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 168 e 169.
- (39) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 174.
- (40) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 175.
- (41) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 179.
- (42) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, p. 179.
- (43) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 180 e segs.
- (44) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 180 e segs.
- (45) Groupe de Lisbonne, *op. cit.*, pp. 180 e segs.